

## PERCURSOS ENTRE CENTRALIDADES, PERIFERIAS, OCUPAÇÕES E VILAS: AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO DE JOVENS DO GUAJUVIRAS-CANOAS/RS

Nola Patrícia Gamalho<sup>1</sup>

Álvaro Luiz Heidrich<sup>2</sup>

**Resumo:** O bairro Guajuviras, localizado no município de Canoas-RS, é representado a partir dos processos de ocupação e na diferenciação entre Setores e Vilas. Os jovens, atores preeminentes nos imaginários da cidade contemporânea, apropriam-se das representações existentes, reproduzindo-as ou recriando-as. Assim, esta análise parte das práticas e representações dos jovens moradores no Guajuviras, em leituras que evidenciam as permanências e rupturas de sentidos na Vida de Bairro desses jovens.

**Palavras-Chave:** periferia; vilas; bairro; jovens; Guajuviras.

## TRAJECTORIES AMONG CENTRALITIES, PERIPHERIES, OCCUPATIONS AND VILLAGES: THE REPRESENTATIONS OF THE SPACE OF THE YOUNG OF GUAJUVIRAS - CANOAS/RS

**Abstract:** The Guajuviras neighborhood, located in the municipality of Canoas-RS is represented as of the occupation processes and in the differentiation among Sectors and Villages. The young prominent actors in the imaginary of the contemporary city appropriate themselves with the existing representations reproducing them and/or recreating them. Thus this analysis starts from the practices and representations of young residents in Guajuviras, in readings that highlight the permanence and ruptures of senses in the Neighborhood Life of these young people.

**Keywords:** periphery; villages; neighborhood; young; Guajuviras.

### Introdução

As representações do/no espaço transformam-se ao longo do tempo, estando imersas no jogo de diferentes lógicas, escalas, atores e agentes (DI MÉO e BULÉON, 2007) (LUSSAULT, 2000 e 2007). As materialidades, os sentidos e os processos são indissociáveis e imprescindíveis para a compreensão da produção do espaço (LEFEBVRE, 2013). Para Jovchelovitch (2008), as representações emergem como uma mediação entre o sujeito, o outro e o objeto. Constituem-se como construção permanente, permeada por

<sup>1</sup> Doutorado em andamento em Geografia (UFRGS). Mestre, Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFRGS. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela USP. Professor do PPG em Geografia da UFRGS.

disputas de definição da realidade, dos sujeitos e objetos. Assim, as representações do/no/sobre o espaço evidenciam não apenas a realidade sócio-espacial, mas as relações, os valores e as ideologias presentes na coprodução entre representações, espaços e sujeitos. Essas representações transformam-se ao longo do tempo; algumas permanecem como resíduos ou substratos nas representações contemporâneas, outras têm existência apenas em determinado período. No primeiro caso, podem ser identificadas as representações das Vilas dos primeiros loteamentos (como a origem dos atuais Bairros Rio Branco e Niterói) e dos processos de ocupação urbana ocorridos em Canoas e, em especial, no Bairro Guajuviras, ao longo das décadas de 1970-2000. No segundo, podem-se identificar as representações de Canoas como local de veraneio, uma vez que tanto as materialidades quanto as relações transformaram-se a ponto de suplantarem essas representações.

O objetivo desta análise é interpretar a produção do espaço Guajuviras e suas representações pelos jovens moradores do bairro. Tem-se, portanto, a articulação entre as permanências de sentidos e/ou materialidades do espaço e as novas formas, relações e práticas que se desenvolvem no local, compondo representações na tensão entre as heranças e novos elementos. Essa perspectiva está em consonância com a orientação teórica de Lefebvre (2013), segundo a qual a produção do espaço corresponde a uma teoria unitária que envolve o espaço físico (das materialidades, objetos, recursos), o espaço mental (das representações, ideologias e discursos) e o espaço social (das relações e práticas), o que corresponde à tríade entre espaço percebido (praticado), concebido (representações do espaço) e vivido (espaços de representação).

A ênfase na perspectiva dos jovens dá-se pela preeminente visibilidade que esses atores possuem no imaginário sobre espaços de populações pobres e denominados como periferias, favelas, vilas. Não raro, os jovens desses espaços são associados às questões de violência urbana, reduzindo sua diversidade a esse aspecto. Busca-se, portanto, analisar em suas narrativas do espaço, ou seja, os espaços de representação, e de suas práticas e ações cotidianas no plano do lugar, a construção de sentidos sobre Guajuviras no movimento de coprodução entre sujeitos e espaços. Coexistem, em diálogo ou disputa, as assimilações e internalizações das representações hegemônicas e reconstruções e criações de espaços de representação afirmativos. Essa dinâmica revela a diversidade do local e de sujeitos e os mecanismos de (re)significar o espaço vivido.

Para tanto, faz-se necessário analisar a inserção do bairro na produção da cidade, identificando as representações do espaço produzidas ao longo do tempo. Para a análise, foi realizado um levantamento documental nos jornais *O Timoneiro*, *Folha de Canoas*, *Radar* e *Diário de Canoas* desde o final da década de 1970, quando surgem as primeiras notícias sobre o bairro, até o ano de 2010. Os sentidos herdados, reproduzidos e/ou criados presentes nas narrativas dos jovens correspondem ao levantamento de campo com entrevistas semidiréticas, grupos focais e observações de campo realizados entre 2012 e 2014 para a pesquisa de pós-graduação em geografia sobre juventudes, práticas e representações sociais de espaços de população de baixa renda.

Emerge da análise a recriação desses espaços em suas centralidades, com isso, problematizando o conceito de periferia em sua dicotomia com o centro. As noções de vilas e invasões são construídas nas narrativas, como um espaço de representação (LEFEBVRE, 2013), ou seja, de um saber produzido no cotidiano e nas práticas dos sujeitos, logo, como uma noção do vivido dos jovens e na sua articulação entre permanências de sentidos pretéritos e das dinâmicas atuais. Essa relação está presente no texto, na segmentação entre uma primeira parte, que corresponde às representações sobre a cidade de Canoas; na

sequência, é abordada a produção do Guajuviras a partir do levantamento documental do material jornalístico e, por último, as práticas e representações do bairro a partir dos jovens, tendo como resultado a bricolagem entre herança e inovação, reprodução e criação. Contrário às representações homogeneizantes, jovens e bairro revelam-se em suas diversidades.

### **Representações de Canoas**

Viegas (2011) evidenciou a produção das representações da cidade de Canoas como de Veraneio, em sua origem, e, posteriormente, cidade industrial e operária. Primeiro como local de veraneio para a elite porto-alegrense, no contato entre a próspera colônia Alemã de São Leopoldo e Porto Alegre. Depois como cidade dormitório, em virtude da proximidade com a capital e do valor do solo, mais acessível, ou como cidade industrial (VIEGAS, 2011).

Canoas cresceu pelo intenso processo de migrações. Na década de 1940, possuía 17.630 habitantes; em 1950, passou a 39.826 e, em 1960, a mais de cem mil habitantes (VIEGAS, 2011), apresentando um crescimento superior a 400% no período referido. Canoas adquire a alcunha de cidade dormitório, uma vez que a busca por moradia é intensificada e decorre do valor do solo e da proximidade com a capital. Paralelamente aos loteamentos, há, também, a constituição desta como localidade industrial, estimulada pela iminente elite dirigente.

O seu desenvolvimento, em estreita relação com a capital, corrobora para a alcunha de cidade periférica, o que é intensificado pelo crescimento de inúmeras vilas de ocupação irregular, a partir da década de 1970, e a consequente ausência inicial de estrutura conformam representações sobre periferias, mas sob a denominação de Vilas ou invasões e fortemente referenciadas às questões de ilegalidade e desordem. Atualmente, o espaço urbano de Canoas pode ser compreendido como descontínuo e desigual, com rupturas materiais e processuais, e permanência de sentidos associados às vilas e periferias. No entanto, entre as permanências também se encontram rupturas e entre estas, igualmente, permanências.

Em 2013, durante o Fórum Mundial de Cidades Periféricas<sup>3</sup>, realizado em Canoas, o então prefeito Jairo Jorge iniciou sua fala definindo Canoas como periferia de Porto Alegre. É necessário interpretar essa afirmação a partir do conceito, suas mutações e múltiplas apropriações e especificidades locais. Periferia, aqui, tem um caráter histórico da relação de produção de Canoas em relação à Capital e sua condição como local de veraneio, dormitório e industrial (VIEGAS, 2011). É, também, consequência do crescimento populacional de baixa renda, em especial a partir do fenômeno das ocupações irregulares, que se tornou expoente a partir da década de 1970, com a ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, em 1987, e das áreas verdes do Guajuviras, nas décadas de 1980- 1990 e 2000. Assim, as noções de periferia também se confundem, misturam-se com as noções Vilas, invasões e ocupações. Predominam representações que remetem a cidade ilegal, insalubridade, pobreza, espaços violentos. Este último é recorrentemente associado aos jovens e ao uso da rua como espaço de práticas sociais.

Todavia, os termos também são apropriados no cotidiano vivido e, nessa perspectiva, tais espaços ditos periféricos adquirem conotações culturais e/ou de resistência. O termo ultrapassou as fronteiras do espaço concebido (do planejamento, do meio acadêmico) e avançou para o espaço vivido dos moradores desses locais, assim constituindo, na perspectiva de Lefebvre (2013), as representações do espaço,

no primeiro caso, e os espaços de representação no segundo. Falar *no*, *sobre* e *do* espaço, embora sejam perspectivas relacionadas, apresentam diferenças, disputas e conflitos. Em ambas as representações, a relação entre população e espaço é central, seja relativamente às condições sociais, seja às econômicas ou às culturais.

Na apresentação do livro “*Da Cabula*”, de Alan da Rosa (2008), Nei Lopes argumenta que:

Confesso que não gosto muito do rótulo de “periféricas” com que recentemente se passou a nomear e incentivar as manifestações dos que não têm acesso aos círculos da produção hegemônica. Não gosto porque prefiro ver essas manifestações chegando junto, botando banca, entrando sem pedir licença, “jantando” o sistema que as quer amestrar e cooptar, e não mantidas, embora de maneira ruidosa, “no seu lugar” (p.13).

A posição do escritor rompe com as noções desse espaço como estando à margem da sociedade, em especial em sua autonomia cultural e criativa. Tais espaços, identificados como periferias e que, em relação ao contexto de Canoas, são também compreendidos como Vilas e/ou invasões, são reelaborados em suas próprias centralidades, nessa análise a partir das representações e práticas dos jovens moradores, logo, como espaços de representações relativos às práticas cotidianas e como espaços vividos. Embora as noções de periferia, vilas e invasões estejam imbricadas, é importante compreendê-las em suas conexões, seus conflitos e no que ocultam e revelam. É, portanto, salutar analisar a produção do espaço, seu processo histórico de produção de formas e sentidos, evidenciando as rupturas e permanências reproduzidas e/ou recriadas no processo em que os jovens constroem/reproduzem os significados e imaginários em coprodução de si e do espaço.

### **A Periferia das Invasões ou as Vilas de Ocupações? As distâncias entre o concebido e o vivido**

Os processos de ocupações que tiveram destaque no crescimento metropolitano, a partir da década de 1970, estão relacionados à normatização dos loteamentos em Porto Alegre, em 1954, e Região Metropolitana de Porto Alegre-RMPA (Canoas, 1954; Esteio, 1956; São Leopoldo, 1955), segundo Carrion (1989). A regulamentação onerou o acesso ao solo urbano para importante parcela populacional que buscava, nesses municípios, alternativas de moradia em relação à capital. Cresceram as Vilas Irregulares, também conhecidas como Invasões ou ocupações. Como a perspectiva aqui traçada delineia-se em consonância com as múltiplas formas de acesso à cidade, prioriza-se o termo Ocupação, que se aproxima da cidade como apropriação, embora o termo invasão venha a ser mais recorrente no imaginário e nas narrativas dos jovens do Guajuviras.

As vilas irregulares estabelecem o conflito da legalidade, da propriedade privada, caracterizam-se pela ausência inicial de infraestrutura, de padrão urbanístico e, frequentemente, localizam-se em áreas impróprias à habitação, como locais alagadiços. O crescimento das Vilas Irregulares durante a década de 1970, nos municípios do entorno de Porto Alegre e, em especial, Canoas, insere materialidades e representações que contêm elementos das formas passadas, mas reelaborados na ilegalidade do solo. Como espaço vivido, constitui-se como possibilidade de habitação desvinculado de sua condição de mercadoria. A malha urbana expande-se, de forma que esses espaços não estão à margem da cidade em relação à distância física, mas sim em distância social, o que conduz algumas reflexões a acrescentar o adjetivo “social” ao

termo periferia.

Os dois inventários realizados pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), publicados em 1982 e 1992, apresentam o crescimento das vilas irregulares superior ao crescimento da própria região metropolitana, ocorrendo em Canoas os maiores valores em crescimento absoluto. O primeiro estudo evidenciou 167 vilas irregulares, correspondendo a 8,6% da população da RMPA. Em 1992, o número de vilas cresceu para 505 e a estimativa populacional para 237.451 habitantes, com um crescimento de 155%, representando 13,5% da população total. As vilas da região metropolitana cresceram em um ritmo duas vezes superior ao conjunto da população.

Para efeitos de demonstração da gravidade do problema na RMPA, tem-se que em 1981, a população estimada das vilas, em valores absolutos (92.950 hab) era praticamente igual a do município de Alvorada (91.490 hab.). Estabelecendo-se a mesma comparação, tem-se hoje que a população vileira, composta por 237.451 hab. é de aproximadamente o dobro da atual população do mesmo município (140.005 hab.) (METROPLAN, 1992, p.75).

Esse crescimento é resultado do êxodo rural que se destacava no período das legislações de parcelamento do solo, da especulação imobiliária e do valor dos aluguéis, bem como da insuficiência de políticas habitacionais que beneficiassem a população de menor renda (METROPLAN, 1982). As vilas eram ancoradas (MOSCOVICI, 2003) nas noções de favelas e periferias, em apropriações das representações desses espaços e transposição para as noções de Vilas. É recorrente a expressão sub-habitações, que caracteriza uma inferioridade da moradia e, conseqüentemente, de seu entorno: ausência de abastecimento regular de energia elétrica, água e endereço, desordem viária, habitações precárias, moradores desregrados... Panizzi (1990) identifica as vilas como processos de segregação não apenas física, já que estão envolvidas pela cidade, mas legal.

O Guajuviras tem sua origem diretamente associada a processos de ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, em 1987, e ocupações de áreas verdes e reservas técnicas entre o final da década de 1980 e no decorrer de 1990, 2000 e 2010. Nesse contexto de produção de vilas irregulares por ocupações, entre 11 de abril e 16 de maio de 1987, foram ocupadas mais de 16.482 mil unidades habitacionais pertencentes à COHAB-RS e a construtoras privadas. (AZEVEDO, 2002). A previsão de entrega do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti estava prevista para 1983, sendo o maior projeto habitacional no Estado, com 4036 casas e 2200 apartamentos servidos de infraestrutura, como esgotos pluviais e cloacais, ruas pavimentadas, iluminação pública, reserva de áreas para comércios, escolas, creches, etc. O uso político dos Conjuntos Habitacionais, o abandono e a deterioração das construções, as depredações e roubos das construções e a crise econômica desencadearam as múltiplas ocupações, que tiveram início em 11 de abril de 1987, com a ocupação do Conjunto Habitacional Vales Verdes, localizado em Alvorada (AZEVEDO, 2002). O segundo a ser ocupado foi o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, em 17 de abril de 1987, por aproximadamente 700 famílias – 3000 pessoas- (FOLHA DE CANOAS, 23/04/1987, p.14).

O Conjunto Habitacional é uma parcela da produção espacial do local que viria a constituir o Guajuviras. A ocupação exacerbou os conflitos por moradia, tornando os ocupantes atores centrais desses acontecimentos, em que estavam articulados os interesses da administração municipal, que temia arcar com os custos de um conjunto irregular e inacabado, da COHAB-RS e dos ocupantes. Entre as táticas do poder público, foram dispostos na entrada do conjunto batalhões da polícia militar para impedir a entrada de novos ocupantes. No entanto, a astúcia (CERTEAU, 2009) dos ocupantes conduziu a ocupação pelo lado

norte do Conjunto. As contradições da produção do Guajuviras (atrasos, corrupções, manobras políticas) contribuíram para o desencadeamento de ações da população em resolver o problema habitacional, com isso entrando em conflito tanto com a administração municipal quanto com a COHAB-RS.

A situação precária dos ocupantes foi definida por Luiz Antônio da Silva, conhecido como Muchila, líder pedetista na época, como um campo de concentração (RADAR, 07/05/1987). Nos anos que seguem à ocupação, paulatinamente são acrescentados serviços ao Conjunto. Em 12/05/87, a Folha de Canoas noticiava que o Guajuviras já possuía posto médico. No dia 15/05/87, que a luz e a água não haviam sido instaladas, pois havia problemas de canalização que demandariam recursos inexistentes, constituindo-se como solução o abastecimento de água por carros pipa e bicas. Em um sentido amplo, a origem do Guajuviras aproxima-se do conceito de periferia.

Enquanto permanece o impasse, eles vão vivendo humildemente. Sem colchões, dormem no chão puro a noite utilizam o liquinho para quebrar a escuridão. As dificuldades são muitas, ela carrega água de um poço um pouco distante, mas mesmo assim acha que está valendo a pena tanto sacrifício (RADAR, 30/04/1987, p.16).

Os problemas de infraestrutura e serviços não tardaram a ser associados à irregularidade da posse do conjunto. A administração, de forma recorrente, eximia-se das responsabilidades com essa população, buscando incriminá-las. A notícia de capa de O Timoneiro, de 8 a 14/01/1988, reforça essa afirmação: “*Guajuviras: Moradores esbanjam energia elétrica*”. São construções alicerçadas na característica de ilegalidade, de não consonância com os processos de propriedade privada.

O Guajuviras entra no ano de 2000, mais de dez anos após a ocupação, com divergências entre município e estado em relação à regularização. Segundo o Diário de Canoas (04/04/00), a prefeitura acusava o estado de não cumprir com o acordo, como o repasse das áreas comerciais à prefeitura e a instalação do esgoto cloacal, que seria de responsabilidade do Estado. Dessa forma, ainda em 2000, já com amplas áreas de vilas irregulares, os embates e conflitos entre Prefeitura e Estado permaneciam.

As ocupações no Guajuviras seguiram-se após a grande ocupação do conjunto habitacional e podem ser classificadas em três segmentos: as ocupações que ocorreram na sequência da primeira, durante o final da década de 1980 e década de 1990; grandes ocupações que ocorreram no ano de 1999, e as ocupações dos anos seguintes em área da Acadepol (Academia de Polícia), denominada como 103 hectares, onde, atualmente, a administração municipal desenvolve uma política habitacional de reassentamentos denominados e divididos em Macro Quarteirões. Se a ocupação do Conjunto Habitacional foi marcada por precariedades e violência institucional, as ocupações das áreas verdes têm intensificados esses processos. Todavia, evidenciam as contradições da produção do urbano, potencializando as dissonâncias entre o espaço concebido e o vivido (LEFEBVRE, 2013).

Nos primeiros anos do Conjunto Habitacional, as extensas áreas verdes foram alvos de inúmeras ocupações, constituindo, no interior do conjunto, as vilas irregulares. Destacam-se, nesse período, as ocupações da Vila São Miguel, Pantanal, Parque São José, Esperança, entre outras menores. Em janeiro de 1989, é possível encontrar informações sobre as ocupações nos periódicos locais. Nesse ínterim, tanto COHAB-RS quanto administração local, novamente, eximem-se de responsabilidades. A primeira, alegando que invasões não garantem a posse da terra; a segunda, que a área não é da prefeitura e que a mesma não tem onde realocar os moradores (RADAR, 02/02/1989, p.2). A Vila Esperança é caracterizada como uma

favela erguida ao lado do Guajuviras (FOLHA DE CANOAS, 15/05/1989, CAPA), evidenciando o processo de ancoragem em formas espaciais de outros contextos. Em múltiplos processos desencadeados ao longo dos anos, as áreas verdes vão sendo ocupadas, sendo também representadas como invasões internas à invasão da COHAB-RS, sendo designadas como subinvasões e sub-habitações. Já no início da década de 1990, são identificadas oito novas ocupações no interior do Guajuviras, intensificando as ações da administração municipal em conter o processo: “ (...) será dado um basta ao problema das invasões, e para isso, foi acordada uma intensa fiscalização. Caso aconteçam novas invasões, estas não serão toleradas e a Brigada Militar está autorizada a retirar (...) (FOLHA DE CANOAS, 13/02/1990,p.3)”.

Diversos discursos atravessam a questão das ocupações do Guajuviras; entre eles, destacam-se dois: o discurso ambiental, criminalizando as ações devido ao corte de eucaliptos, e os interesses acerca do distrito industrial, objetivo antigo das diversas administrações e elite dirigente. Em ambos, estão presentes os sentidos de criminalização dos ocupantes, que sentem a violência simbólica do direito à cidade, adquirindo-o por suas margens, não físicas, mas legais e sociais. Ao mesmo tempo em que os ocupantes têm sua inserção na cidade de forma irregular, as ações institucionais tornam-se mais repressivas e violentas:

Os moradores denunciaram ainda que a casa de Luiz Paulo Santos, (onde só se encontra seu tio, João Carvalho – doente mental) foi retirada e levada, junto com ele, para o lixão da prefeitura. ‘Deixaram meu tio lá por 24 horas, sem água e sem comida. (...) Outra denúncia dos três é quanto a casa de Claudiomiro Conceição Maria, a primeira a ser demolida. Segundo eles, o morador possui os documentos dados pela COHAB que comprometia-se a retirá-los de lá somente quando uma nova área fosse encontrada (FOLHA DE CANOAS, 01/05/90, p.3).

A violência institucional em relação aos ocupantes permeia discursos da criação de um distrito industrial, proteção ambiental da região em que a construção das vilas estaria ameaçando a vegetação de eucaliptos... Entre tantos atores, estão as famílias que, sem alternativa, submetem-se às inúmeras violências decorrentes das invasões. As representações das ocupações criam um imaginário social que as responsabiliza não apenas pelo impacto na paisagem da cidade, mas por criar entraves ao crescimento industrial e econômico, objetivo das administrações municipais.

Invadir torna-se uma infração ampla, ancorado em representações que mais ocultam o processo do que revelam: as ocupações aparecem como corrompendo a propriedade privada, onerando as economias públicas, desviando recursos de outras ações e revertendo para grupos sociais que não contribuiriam com a economia municipal. Chega ao ponto de reviver falas exaltando as ações da ditadura militar e em encarcerar e cobrar fiança dos ocupantes pelo corte dos eucaliptos.

A Associação Canoense de Proteção ao ambiente natural (Ascapan) recebeu em dezembro mais uma vez, por telefone, a denúncia de que árvores estavam sendo cortadas no setor Quadro do Conjunto Habitacional Guajuviras. Dois membros da Ascapan deixaram suas obrigações e foram até a brigada Militar solicitar apoio e verificar a denúncia, conforme informa um dos membros da entidade, Leonardo Rorig, localizado na rua da caixa d’água, foi verificada que uma serie de casas e malocas invadiram uma das áreas verdes definidas para o bairro. Vários eucaliptos foram derrubados. (...). Em relação ao corte de árvores, com fiscais voluntários do IBAMA que os representantes da Ascapan são, Leonardo diz que poderia ser solicitado que a Brigada recolhesse os infratores ao presídio ou que recebessem uma multa que jamais poderia pagar. Mas o bom senso e a miséria das pessoas não

permitiram tal atitude. “Optamos por passar de casa em casa orientado as pessoas a não derrubarem as árvores, explicando os porquês (...)” (RADAR, 25/01/90 p. 8).

As vilas irregulares do Guajuviras, em suas materialidades, práticas e processo de produção, são marginais à própria ocupação do Conjunto que, por vezes, introduz a diferenciação entre ocupação como algo legítimo e associado à ocupação da COHABRS e as invasões de áreas verdes como fenômenos menos legitimados e até mesmo entraves ao desenvolvimento do local. A violência é institucional, em lógicas de cidade firmadas na propriedade privada, como se o espaço devesse ser limpo: “(...) Segundo o gerente regional da Companhia, Cid Umpierre, a principio ficou decidido por uma limpeza total da área com a retirada de todos os subocupantes” (FOLHA DE CANOAS, 16/06/1990, p.7).

Em 1993, assumiu a prefeitura Liberty Conter<sup>4</sup>. Em sua administração, foi empreendida uma operação de vigilância nas entradas da cidade, como a BR116, a BR386 e a estrada de Cachoeirinha, para conter famílias vindas do interior. “Dick declara guerra contra as invasões” (FOLHA DE CANOAS, 12/02/1993, capa).

O prefeito sabia que as ocupações agravam problemas de outras áreas, como segurança e saúde (...) qualquer caminhão com mudanças, “tábuas velhas” ou qualquer sinal externo que indique se tratar de um potencial invasor será abordado e, se a pessoa não comprovar que possui terreno para se instalar, será imediatamente mandado de volta para o município de origem (DIÁRIO DE CANOAS, 12/02/93, p.3).

No entanto, Canoas já possuía crescimento populacional interno, sendo as vilas irregulares resultado não apenas das migrações vindas do interior, mas do crescimento do próprio município. Sendo assim, as ocupações persistiam, em frequentes embates com a operação vigilância.

Embora os processos de ocupação ocorram como subversões da cidade formal, não configuram uma ideologia de resistência à cidade ordenada, ao contrário, são recorrentes as afirmações de intenção de pagar pelo lote e pelos serviços de energia elétrica e abastecimento de água. A cidade formal é internalizada, no entanto, as condições concretas de sobrevivência impõem táticas contrárias à formalização, como a própria ocupação. As constantes acusações da administração municipal quanto ao ônus público e consequente desvio de recursos de áreas regulares em detrimento das ocupações intensificam a fratura entre o formal e o informal. É na internalização dessa violência que a população ocupante reafirma o interesse em, a partir da prática irregular, ingressar na cidade formal, em que teriam acesso não apenas à moradia, mas à vida urbana.

As 31 famílias que ocupavam uma área verde na Estrada do Nazário, fundos do Guajuviras, foram retiradas do local na quarta-feira, 14 (...) “Agora que já iniciamos a construção das casas, eles querem nos tirar”, alega. Jorge explica que as famílias querem pagar pelos terrenos de alguma forma. “Vamos arcar com água, luz e impostos. Não queremos nada de graça”, justifica o líder. Segundo ele, todos estão organizados para erguer a “Vila do Sossego”, nome com que foi batizado o local. (...) A maioria dos ocupantes são jovens vindos da periferia de Canoas. (...) (RADAR, 15/04/93 – capa, p.3).

“Queremos morar e queremos pagar”, garante um dos integrantes da comissão de negociação, Luiz Carlos dos Santos (DIÁRIO DE CANOAS, 03/08/92, p 2, por Lourenço Flores).

No jogo de forças, a administração municipal faz uso de diversos instrumentos de coerção, atravessando múltiplas administrações. Outra estratégia é limitar o acesso às condições básicas de existência na

cidade, como o abastecimento de energia elétrica, água e saneamento, o que pode ser confirmado no impedimento de que CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) e Corsan (Companhia Rio-grandense de Saneamento) fizessem a instalação de energia elétrica e de água nas vilas irregulares e o cercamento das áreas verdes. Todavia, como fica explícito nos processos espaciais, estão envolvidos em conflitos entre os diferentes atores:

Prefeitura veta instalação de água e luz nas invasões (O TIMONEIRO, 28/05 a 03/06/93 - capa).

Depois de muita pressão de dezenas de moradores de vilas irregulares que lotaram as galerias da Câmara Municipal, na sessão de ontem à noite, os vereadores, inclusive a bancada do PPR, aprovaram o Decreto Legislativo que acaba com as proibições do prefeito Liberty Conter à instalação de água e luz nas áreas invadidas (DIÁRIO DE CANOAS, 31/08/1993, CAPA).

A pressão por moradia persiste e ocupações nas áreas verdes do Conjunto Habitacional são comuns, revelando o crescimento interno ao bairro: as próprias fragmentações familiares adensam as novas ocupações. O Guajuviras, com extensas áreas verdes, é, desde sua ocupação inicial, objeto de múltiplas ocupações, sendo o ano de 1999 marco exponencial nessa questão. Em março, iniciaram-se diversas ocupações em Canoas e, em especial, no Guajuviras. Foram ocupados terrenos particulares, do Estado e do Município e, em poucos dias, já havia dez áreas de ocupação no Guajuviras. Os relatos referem-se a locais próximos a escolas, como as ocupações da Escola Guajuviras e da Escola Cônego Leão Hartmann, ocupação da estrada do Nazário, próxima à Vila São Miguel, área entre mato e banhado no Setor 2. Das dez áreas ocupadas, 7 pertenciam ao município e 3 ao Estado (DIÁRIO DE CANOAS, 24/03/99).

Grande área que forma o Bairro Guajuviras está lotada de barracas de lona, todas improvisadas, cadeiras e até sofás, dispostos em espaços delimitados com cordas, formando novos lotes, em banhados, em canteiro onde um dia funcionou uma pracinha. Até a tarde de ontem, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento, 500 famílias ocupavam dez pontos de terras (todas públicas) no Guajuviras, mas ainda haviam pessoas engrossando as fileiras da invasão. Em torno de 80% das terras pertencentes ao município no Guajuviras estão nas mãos dos ocupantes.(...) Das dez áreas tomadas, sete (incluindo áreas verdes) são do município e apenas três pertencem ao Estado (à extinta COHAB, que também ingressou com pedido de reintegração de posse). (DIÁRIO DE CANOAS, 24/03/1999, p. 3).

Os diálogos entre Estado, por meio do secretário de habitação da época, Ari Vanazzi<sup>5</sup>, e a prefeitura, pelo prefeito Hugo Lagranha<sup>6</sup> e pelo secretário municipal de planejamento urbano Gilberto Coelho, sobre as ocupações e possíveis soluções foi marcado por atritos. Contudo, a intenção de ambas as partes era a desocupação das áreas. Esse processo é resultado do intenso déficit habitacional e insuficiência de políticas públicas para habitação no município. Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Planejamento, publicadas no Diário de Canoas, no período das ocupações, Canoas possuía em torno de 25% de sua população vivendo em área invadida, com um déficit habitacional próximo a 80 -100 mil moradias. (26/03/1999, p. 3).

As condições de vida nas ocupações revelam os processos excludentes do solo como mercadoria e reforçam o espaço como local de ausências e permanências indevidas. Famílias numerosas, temerosas dos processos de despejo e vivendo em casebres. São famílias, pessoas vítimas da lógica desigual de produção

da cidade, da construção simbólica que hierarquiza e estigmatiza sujeitos e suas possibilidades de viver, de sobreviver na cidade.

Janice da Silva Vieira, que tem sete filhos, de 14, 12, 10, 5, 4, 2 e 1 ano foi uma das beneficiadas com os agasalhos. A mulher conta que vive com apenas R\$130,00 pagos como benefício ao filho mais velho, que é doente. O marido é presidiário. Ela saiu do bairro Mato Grande com os filhos que apenas agora retornam à escola. (DIÁRIO DE CANOAS, 18/05/1999, p.3).

(...) Paulo Antônio Hiski, 30 (ocupante da Comtel). Com três filhos, Paulo está desempregado. Para suportar as noites geladas, improvisou um fogão no chão com algumas telhas. “Até agora as crianças não ficaram doentes”, declara, mas observa que ainda tem muito inverno pela frente (DIÁRIO DE CANOAS, 02/06/1999, p.3).

Entre inúmeras violências, a administração pública, em embates entre Município e Estado, lamenta não poder fazer uso da força como em outros momentos:

Segundo Lagranha não há como ter uma política habitacional num município que não possui área e não tem também como intervir junto ao governo do Estado, para a cedência de terras, porque o governo estadual não estaria atendendo-o. O prefeito diz também que “precisa é um novo AI-5”, se referindo ao Ato Institucional nº 5, editado em 1968, e que dava ao governo militar completa liberdade de legislar em política, economia, eleições e tributos, permitindo todos os tipos de repressão aos opositores do Regime Militar de 1964. (DIÁRIO DE CANOAS, 26/04/1999, p.6).

Após inúmeras discussões, a prefeitura solicitou ao governo do Estado o repasse de 37 hectares de uma área ao norte do Guajuviras, junto à Academia de Polícia Civil, pertencente ao Governo do Estado, para a remoção das famílias invasoras das áreas verdes de Canoas. A prefeitura se responsabilizaria pela infraestrutura. Ao invés dos 37 hectares, o Estado comprometeu-se em ceder 10 hectares da área pertencente à Acadepol, com a condição de que quatro hectares seriam destinados a famílias que já ocuparam aquela área e que dois hectares seriam destinados a um projeto habitacional para famílias de servidores da justiça. Ficam evidentes as inconsistências da política pública, com a agravante de que a área não seria capaz de contemplar todos os invasores.

O projeto de reassentamento é contraditório; ao mesmo tempo em que os ocupantes vão se estabelecendo em suas áreas, substituindo as barracas por casas de madeira e essas por casas de alvenaria, a matemática das instituições públicas previamente declara que nem todos os ocupantes seriam contemplados, o que é agravado pelo levantamento sobre a população de ocupantes, em que foram identificadas 1,6 mil pessoas (DIÁRIO DE CANOAS, 18/08/00), número superior à previsão de assentamentos.

As áreas ocupadas a partir de março do ano anterior paulatinamente consolidam-se, passando a ser mencionadas pelos nomes atuais: Boqueirão, Fundos do Chalé, Banhado, frente da Escola Um, Quadras X e Y, região das antenas, Triângulo da Nazário, Caic, Triângulo da Vitória, área dos cabos e soldados, próxima à escola Nancy Pansera, e área da Comtel. (DIÁRIO DE CANOAS, 14/03/00). A consolidação das ocupações de 1999 proporciona uma nova etapa nesses espaços: demandas de regularização do abastecimento de água e energia elétrica, calçamento, saneamento, segurança pública. Logo, tem-se o percurso de transformação do espaço, que até então se constituía para sobreviver, é então possível demandar possibilidades de viver o lugar.

Assim como a possibilidade de permanência, o acesso legal aos serviços públicos é fruto de embates e protestos: é um urbano da luta cotidiana. O abastecimento dos serviços básicos libera a população da água, que vem fraca, e da luz, com quedas das ligações irregulares. Com o abastecimento regular, tem-se também um endereço na cidade, um pertencimento formal. Foram aproximadamente 5 anos vivendo condições precárias, até que, em 2004, foi firmada parceria entre prefeitura e AES Sul para expandir a rede elétrica a 11 vilas irregulares (DIÁRIO DE CANOAS, 23 e 24/02/04). Somente um ano depois a questão do abastecimento de água passou a ser efetivado nas ocupações no Guajuviras (DIÁRIO DE CANOAS, 04/05/05).

Em 2001, o Fórum das Entidades seguiu discutindo com a administração pública “o problema das invasões”, as quais consideram prejudiciais à cidade, uma vez que o interesse é em constituir na Fazenda Guajuviras um distrito industrial e um parque de lazer. Em reunião, o então prefeito Marcos Antônio Ronchetti<sup>7</sup> argumenta que Canoas precisaria perder o estigma de cidade das ocupações. (DIÁRIO DE CANOAS, 22/02/01). As invasões são consideradas como inibidoras do desenvolvimento; assim, o Fórum das entidades solicita ações da prefeitura, uma vez que os interesses das entidades no local não são os mesmos dos ocupantes. “(...) Vistas como “inibidoras do desenvolvimento de Canoas”, pelo presidente do Fórum, Egídio Dall’Agnol, as ocupações irregulares de áreas públicas preocupam pelas condições subumanas e pela ‘impressão ruim’ que passam do município. (DIÁRIO DE CANOAS, 22/02/01, p.3)”.

Também o Canoas Country Club age junto à administração com o intuito de combater a questão das moradias irregulares. Em reunião almoço, com representantes da prefeitura e do capitão da brigada militar Osório Biazus, a questão das moradias irregulares foi discutida, em especial no Guajuviras, foco de múltiplos interesses a partir do distrito industrial e parque de preservação. Representante do Canoas Country Club, Osório Biazus sugere, na ocasião, que a prefeitura faça melhorias nas moradias, uma vez que a retirada parece improvável. No entanto, assim como as administrações anteriores, o prefeito demonstra acreditar que ações de melhoria seriam atrativos a novas ocupações, como segue em notícia do Diário de Canoas (15/08/01, P.6): “*Ao mesmo tempo que melhorarmos as condições de vida dessa gente, poderemos estar incentivando a invasão de outras áreas, disse*”. Para o Canoas Country Club, “*Temos que solucionar os problemas, pois precisamos trazer empresas pra cá e, da mesma forma, oferecer qualidade de vida aos canoenses, ponderou o presidente do conselho deliberativo, Eltamar Salvadori (...)*” (DIÁRIO DE CANOAS, 03/09/01, p.5).

Após dois anos das grandes invasões, outras, menores, seguem ocorrendo no Guajuviras. Em março de 2001, uma área próxima à invasão do Brehm<sup>8</sup>, onde vivem cerca de 200 famílias, foi ocupada por moradores do próprio Guajuviras. A área da Academia de Polícia (Acadepol) passa a ser visada para ocupações. Em julho de 2002, essa área foi novamente ocupada por aproximadamente 19 famílias, acirrando mais uma vez os embates entre Município e Estado, uma vez que a área pertencia a este último. As ocupações evidenciam o próprio adensamento e fragmentação familiar do Guajuviras:

(...) Ocupantes. Entre os novos ocupantes da área há pessoas jovens. O desempregado Maurício Dutra, 18, vive uma situação difícil, pois já é casado e tem filho. Seu pai é policial militar e está ajudando-o a se instalar no local. “Preciso ter um lugar para a minha família”, justifica-se. O serralheiro Márcio Roberto Albuquerque Oliveira, 22, está noivo e diz que logo não poderá mais ficar na casa de sua mãe, no Guajuviras. Há três semanas ele está instalado no terreno da Acadepol. (DIÁRIO DE CANOAS, 16/07/02, p.3).

Parte da área da Acadepol veio a constituir o Loteamento Pôr do Sol (DIÁRIO DE CANOAS, 03/10/03, p.6). As obras no loteamento foram provenientes da contrapartida da instalação da rede de alta tensão sobre o terreno onde passam linhas de transmissão, interligando a usina termoeétrica de Canoas. Essa compensação seria destinada aos 10, dos 113 hectares do estado. A vila decorre de múltiplos processos de ocupação iniciados em 2002 e é localizada na área de dez hectares da Acadepol. (DIÁRIO DE CANOAS, 17/03/04).

Essas novas invasões estimulam ações mais enérgicas da administração municipal para conter o fenômeno, como a contratação de guardas armados para proteger áreas passíveis de ocupação. Segundo declaração do secretário municipal de planejamento urbano, Busato:

Usaremos a tolerância zero com as novas invasões, destacou. Busato lembrou ainda que a responsabilidade do governo do Estado nessa questão também deve ser assumida, como no caso do terreno de 103 hectares no bairro Guajuviras, pertencentes à Academia de Polícia (Acadepol) que está protegido. O estado deve cuidar de suas áreas, falou. (DIÁRIO DE CANOAS, 01/12/04, p.5).

Em decorrência da tolerância zero, foram instauradas ações para coibir a construção de “novos barracos” e a retirada de casas da invasão próxima à Escola Nancy Pansera. No entanto, parte das famílias sequer teria um local para retornar (DIÁRIO DE CANOAS, 18/02/05).

A área dos 103 hectares é também onde estão os Macro Quarteirões, produção de habitação popular que se iniciou em 2006 a partir de recursos provindos de parceria entre Prefeitura, Governo Estadual e Governo Federal. A área foi dividida em 9 setores (DIÁRIO DE CANOAS, 20/06/06). Os recursos também contemplam processos de regularização fundiária das vilas São José, Nancy Pansera, São Miguel, São João, Triângulo da Nazário e Comtel. (DIÁRIO DE CANOAS, 05/07/06).

Evidencia-se o fenômeno das ocupações, em especial as ocupações do Guajuviras, como processo histórico em constante mutação e conflito entre diferentes atores e agentes. As materialidades transformam-se mais rapidamente que os sentidos; assim, de início, as ocupações são compostas por barracos de lona, casas de compensados e sobras de madeira. As ruas, intransitáveis com tocos de eucalipto, ajudam a proteção dos ocupantes, uma vez que, no primeiro momento, o Estado é o opressor. Ocupam famílias, irmãos, tios, tias, pai, mãe, portanto é comum encontrar vilas com núcleos familiares morando próximos. Nas ocupações, há pessoas de todo tipo, o que, associado ao difícil e não desejado acesso da polícia e falta de iluminação, propicia atos de contravenção. Com o passar do tempo e consolidação das ocupações, os barracos transformam-se em casas de madeira, alvenaria, instalam-se pequenos comércios: uma ferragem (muito útil no início da invasão, em que canos, fios, materiais de construção são importantes), mercearias e pequenos armazéns para abastecimento de alimentação e material de limpeza. Os tocos de eucalipto dão lugar ao arruamento. Assim, as ocupações passam por inúmeros processos de transformação física, embora os símbolos e significados sejam mais resistentes às transformações, conformando o imaginário das vilas como espaços depreciados. Tem-se, portanto, o Guajuviras como o somatório dos processos de formação.

## As Vilas, Invasões e centralidades do Guajuviras: espaços significados e praticados pelos jovens

Argumentar que há permanências em rupturas e rupturas em permanências possibilita, também, compreender que os jovens herdaram espaços com suas materialidades e representações, reproduzindo-os e/ou reelaborando-os a partir de suas próprias práticas, contextos e desejos. Vilas, Invasões, Ocupações estão presentes ora vividos, ora representados ou ambos. No Guajuviras, tanto os setores da COHAB-RS quanto as ocupações de áreas verdes transformaram-se ao longo do tempo. A principal via do bairro, Av. 17 de Abril, exerce uma centralidade com uma variedade de estabelecimentos comerciais e sistema viário ordenado. As Vilas (ocupações ou invasões), em sua maioria, possuem saneamento básico, acesso regular à energia elétrica e à água, e as ruas são asfaltadas. Se, na origem do bairro, o contexto informacional tornava essencial o serviço de Telefonia Pública para mitigar o isolamento do local, atualmente, grande parte dos jovens e moradores tem acesso a telefone celular e internet. No entanto, ainda é um espaço com núcleos de população em condições muito precárias e apresenta locais carentes dos serviços mencionados. Fica a questão: é o Guajuviras uma periferia ou o Guajuviras tem periferias? Essa questão deve ser respondida de forma crítica, visando a contribuir para o debate e a partir das experiências dos seus moradores, nesta análise, os jovens. Junto com essa questão, busca-se interpretar as representações de vilas e ocupações que emergem como espaços significativos e vividos pelos jovens, tanto como espaços de representação quanto como representações do espaço (LEFEBVRE, 2013) nos conflitos, resistências e imbricamentos e na constituição de distâncias sociais internas ao bairro.

O Guajuviras apresenta certa autonomia de serviços em relação ao centro da cidade ou a Porto Alegre; situação similar foi observada em outro espaço identificado como periferia, o bairro Restinga, localizado na zona sul de Porto Alegre (GAMALHO, 2009). Além das múltiplas estratégias de sobrevivência visíveis nas ruas, o bairro desenvolveu um diversificado comércio, estabelecimentos de ensino, postos de saúde. A diversificação tem representatividade também na fragmentação e na diferenciação internas ao Guajuviras, em cujo interior dos Setores e Vilas encontra-se um comércio local próprio, como um pequeno mercado, ferragem, oficinas... Na fachada das casas, podem-se observar cartazes com: Cuida-se de crianças; Vende-se Avon e Natura; Vende-se salgadinhos e bolos... Os estabelecimentos da avenida central têm comércio de vestuário, farmácias, lojas de móveis, salão de beleza, entre outros. O intenso comércio e a existência de um Supermercado que funciona das 7 da manhã até às 2 horas da madrugada (Sacolão Rocha) contribuem para o combate aos discursos de um bairro em que a violência e o tráfico são dominantes. Um primeiro marco de representações comumente associadas à periferia e fortemente remetido aos jovens é desconstruído: a violência. O Guajuviras emerge nas narrativas como espaço de permanência, onde as ruas são movimentadas, onde se tem o necessário para o dia a dia e com isso a valorização do lugar, logo, dos sujeitos.

E domingo aqui é bem dizer um centro, tem o Rocha que fica aberto. Tu acha tudo, se tu quiser comer às três horas da manhã tu acha. (Grupo Focal. 1 Ano do Ensino Médio. 09/04/2012).

É, tem de tudo aqui. Só não tem loja de carro, as pessoas não têm confiança de botar uma concessionária aqui dentro. Lojas que têm lá no centro têm aqui. Manlec, loja de roupa, tudo. Farmácia, farmácia tem três, quatro. Xis tem tudo aqui. Tudo que tem lá. Escola tem, eu acho que tem umas quatro ou cinco escolas aqui no Guajuviras. Creche pra criança, escola de educação infantil, tem de tudo. (Guilherme, Morador da Vila Brhem e do Setor 6, em 28/01/2014).

Nola: O Guajuviras é bairro ou vila?

Jovem: Eu diria assim: se Canoas é um Estado, o Guajuviras é a Capital. É muito vasto o conhecimento que se tem desse bairro, e a dimensão dele vista fora é muito grande. Se tu perguntar pra um morador se ele sabe que o Guajuviras ganhou um prêmio em Genebra, qual morador do Guajuviras sabe disso? (Ricardo, morador do Setor 2, em 28/08/2013).

O Guajuviras transformou-se nessa centralidade plural; contudo, as distâncias sociais e representações das Ocupações de áreas verdes ainda estão presentes, principalmente como permanências de sentidos. A materialidade (presente nas ruas e calçadas fora do padrão urbano, a presença de casas simples ou precárias) é reveladora das ocupações como estratégias de sobrevivência. São locais que contêm uma significativa parcela da população de menor renda. No entanto, toda classificação que se pretende hegemônica e homogeneizante incorre em generalizações. Tanto Setores quanto Vilas transformaram-se, não são as mesmas paisagens do final da década de 1980-90 ou das ocupações de 1999 e, até mesmo, as mais recentes. Ainda assim, os sentidos de invasão, pobreza e “maloqueragem” coexistem nas próprias (re) significações, remetendo novamente às condições referentes à periferia em sentido social e como modos de vida.

As representações emergem nas narrativas dos jovens<sup>9</sup> no imbricamento entre experiência, herança e globalização. São múltiplas forças em interação e conflito, cujo resultado não é um objeto acabado, mas fluido e em constante transformação e reformulação, contendo em si aparentes contradições. Jovche-lovitch (2008) identifica essa questão como a convergência de diferentes saberes, que denomina como polifasia cognitiva:

Diferentes modalidades de conhecimento dependem do contexto de sua produção e têm como finalidade responder a diferentes objetivos. Além do mais, ao contrário de interpretações solidamente estabelecidas de fenômenos cognitivos, não se trata de identificar formas diferentes em grupos ou contextos diferentes: pelo contrário, formas diferentes são capazes de coexistir no mesmo contexto, no mesmo grupo social ou no mesmo indivíduo. Sujeitos fazem uso de uma forma ou outra de saber, dependendo das circunstâncias particulares que possuem em determinado tempo e lugar. A polifasia cognitiva refere-se, pois, a um estado em que diferentes tipos de saber, possuindo diferentes racionalidades, vivem lado a lado no mesmo indivíduo ou coletivo. (p. 124-5).

Significativa parcela dos jovens tem a vivência das ocupações nas ausências de infraestrutura e conflitos com a ordem pública que marcaram o início de cada ocupação até a fixação e o reconhecimento público da permanência dos moradores. Recebem as representações do espaço como violento e precário, vivenciam-no enquanto tal e reconfiguram as ausências, (re)significam o espaço a partir da própria experiência e, com isso, conservam permanências ao mesmo tempo em que produzem as rupturas. Vivenciam um bairro metropolitano, com símbolos da globalização, de relações desenvolvidas nas redes sociais, de relações de encontro nas praças, esquinas, ruas, comércio... Vivem a metrópole no trajeto do emprego, em comunidades de sentido (grupos de rap, de funk, festas, práticas religiosas, escolas/cursos, entre outros), no consumo em shoppings, cinemas, centro. O espaço de representação é elaborado nessa polifasia de elementos, práticas e sentidos que, em aparência, podem ser contraditórios, mas que são acionados seletivamente na elaboração dos saberes sobre o espaço. Entre essas convergências, é possível identificar construções de valorização e estigmatização coexistindo nas representações e práticas. As dicotomias rompem, diluem, tornam-se opacas, sendo difusos os conjuntos de sentidos que convergem nas representações do

espaço como bairro produzido por vilas.

O Guajuviras é um bairro, não apenas no sentido administrativo de parcelamento da cidade, mas como permanência de práticas de bairro, de espaços de táticas, das artes da convivência (MAYOL, 2011), o espaço da proximidade favorecido pela vida de bairro em relação à cidade como anonimato. Parte da vida cotidiana e da arte de conviver com o próximo. As práticas cotidianas desenvolvidas pelo pedestre colocam em contato diferentes atores, que desenvolvem comportamentos para tornar a vida conjunta possível; são as táticas delineadas por Certeau (2009). Serpa (2013) ressalta o avanço do conceito de bairro em relação ao de periferia, uma vez que esta corresponde a uma dicotomia definida a partir do centro, de uma determinada norma e, com isso, periferia daria conta, segundo o autor, das desigualdades, mas não das diferenças. Embora o Guajuviras comporte uma população superior a muitos municípios do interior e complexo espaço de inúmeros parcelamentos, é vivido de forma concreta ou abstrata (como experiência ou como um espaço hiper-real, como as referências a favelas), constituindo-se como bairro. Esse é um recurso teórico que busca mitigar as inconsistências do conceito de periferia, embora esse esteja presente no conjunto de sentidos atribuídos às Vilas de Ocupação.

As representações das vilas têm aspectos relativos à periferia, como distância, pobreza, violência, remetendo-se a contextos espaciais externos ao local, uma vez que as questões relativas ao medo e à violência não são experienciadas da mesma forma pelos diferentes atores, embora estejam presentes nas representações, como os espaços hiper-reais dos quais argumentam Di Méo e Buléon (2009), ou em narrativas de resistência que negam o fenômeno como identificador do local. Incidem referências de violência, mas também referências à diversidade social e cultural (como nas manifestações do hip-hop, funk, jazz). São recorrentes as referências a favelas, não como realidade vivida, mas representada, reduzindo as diversidades desses locais. No entanto, quanto maior a experiência do espaço, isto é, as práticas de apropriação que ultrapassam a propriedade da casa e se esparramam pelas ruas, praças, mercados, maior é a compreensão alicerçada no plano do lugar e, portanto, dos espaços de representação híbridos, pela confluência das referências externas e internas.

A dicotomia que coloca o Guajuviras como periferia é desconstruída na centralidade de práticas e encontros. As narrativas evidenciam vários aspectos de centralidade na vida de bairro, onde estão as escolas, em que a maior parte das crianças e jovens estudam; na rua, estão os amigos e amigas das trajetórias da infância, a praça lugar dos encontros, das paqueras... Enfim, no bairro tem-se as múltiplas trajetórias e encontros, adquirindo com isso caráter de centralidade. Como faz parte da história de vida, deve conter elementos que exaltem, dignifiquem os atores. Coexistem representações que valorizem e desvalorizem tanto o Guajuviras como um todo, quando nas suas diferenças.

As distâncias sociais são reproduzidas no bairro a partir da caracterização das vilas como periferias, mas sob o nome de Invasão e Vila. Favelas, barracos, malocas, maloqueiros e toda a variedade de sentidos e seus estigmas retornam, ancorando as representações de Vila e Invasões. O bairro Guajuviras é composto por múltiplos núcleos com histórias e processos particulares, mas com articulações com o todo, o que não raro torna flexível a definição pelos jovens de vila e bairro.

Bernardo: vila foi no tempo em que invadiram. Agora pra mim é bairro.

Nola: e o que diferencia vila de bairro?

Bernardo: que vila é aquelas casinhas, maloquinhas, ninguém paga água, ninguém paga

luz. Tudo olho por olho, dente por dente. Agora não, agora já tem luz, já tem asfalto, já melhorou bastante coisa. Não vou dizer que o governo não fez nada, faz o que pode. Melhorou bastante coisa.

Nola: e tem vila ainda no Guajuviras?

Bernardo: as vilas que têm eles tão tentando melhorar. Que nem ali, a vila que eu morava. Eu chamo de vila também, mas pra mim é tudo bairro. Ali era ruim, não tinha asfalto, ninguém pagava água e luz. (Bernardo, Morador do Recanto dos Seus, em 11/06/2013)

Antes saía pisando no barro. Minha experiência com São Paulo é que vi uma favela. A vila não tem muitos recursos para as pessoas se manter, o chão é batido, não tem luz, é um lugar isolado do foco principal. Que nem aqui, tem a avenida principal, tudo direitinho, iluminado. A comunidade aqui é bonitinha. A vila é escondida, isolada. (Otávio, Morador do Setor 5, em 27/07/2013).

As definições revelam que os sentidos constituem-se como permanências das materialidades de outros tempos ou de parcelas do bairro, uma vez que grande parte hoje está com asfalto e saneamento básico. Apresentam elementos recorrentes, tais como o acesso regular aos serviços básicos, asfalto, precariedade ou simplicidade das moradias e o acesso irregular ao solo urbano. O cotidiano tem incorporado o uso do termo vila já impregnado de sentidos, para significar os espaços de formação irregular. Mas os contornos não são rígidos ou precisos. A divisão dá-se entre a ordem hegemonicamente imposta e as desordens das ocupações. Tem-se oculta a intencionalidade do que significa essa ordem e as diversidades e ensejos de resistência (consciente ou não, intencional ou não) contidos nas desordens.

As vilas são ancoradas nos sentidos de precariedade, violência e pobreza. Essas representações tanto revelam quanto ocultam toda uma trama de relações, desde os problemas relativos à histórica insuficiência de políticas habitacionais na cidade e crescimento populacional metropolitano, até um cotidiano de táticas da coexistência, de culturas que emergem em relação intrínseca com o contexto, como as manifestações de grupos de rap, funk, futebol, religiões, políticas... O processo que oculta a diversidade desses espaços contribui no esvaziamento das práticas de bairro, práticas de tempos do pedestre, de encontros, de grupos reunidos nas esquinas.

E os jovens são atores que estão no foco do discurso, como o lema repetido em várias instâncias e apropriado no senso comum de: “vamos tirar os jovens das ruas”. Margullis e Urresti (1998) destacam a moratória social como tempo estendido de estudo e formação, como um benefício das camadas sociais de maior renda, sendo que para as camadas de jovens populares esse tempo livre “(...) *no es tiempo legítimo para el goce y la ligereza, es tiempo de culpa y de congoja, es tiempo de impotencia, una circunstancia desdichada que empuja hacia la marginalidad, la delincuencia o la desesperación*” (p.6)

E meu pai falecendo eu cresci... Meu pai faleceu no Guajuviras e eu morava na São Miguel, eu vivia na rua. Eu vivia na rua jogando bola. Eu sou louco por pipa até hoje, tenho 18 anos e gosto de soltar pipa. Então, como eu cresci na vila, eu virei um marginal, eu tava usando droga. Isso pros parentes do meu pai. Eu ia virar um assaltante, eu ia virar um assaltante. Eu nem podia ficar na rua depois das 10 que minha vó dizia que eu tava traficando na Comtel. (Caio, Morador do Setor 1, em 04/06/2013).

Tem-se como um tempo de marcar bobeira na esquina, reduzindo mais uma vez a prática e o espaço. Acrescidos aos sentidos que compõem as representações de periferias, vilas e ocupações, estão os jovens em suas práticas da rua. É mais uma redução da multiplicidade do fato espacial, uma vez que, se a rua é

espaço de contravenção, não o é exclusivamente para esse fim. No entanto, as representações orientam as ações, tanto vinculadas aos atores hegemônicos quanto aos agentes das práticas cotidianas.

Como sua difusão não se desenvolve de forma homogênea e predominante, têm-se nos interstícios, rupturas em pequenas fissuras, produzindo representações distintas das hegemônicas. Esse fato dá-se tanto pela experiência que não se reconhece nessa imagem produzida, quanto a um exercício reflexivo de redefinir esse imaginário. São combatidas as associações entre espaço e sujeitos em que a violência seria o foco:

A gente não quer provar, a gente não quer ser igual a eles, dizer: olha, eu sou de vila, mas não sou bandido. Então a gente sabe que não é menos que ninguém e não precisa provar isso. (Grupo Focal – Alunos do Ensino Médio, em 09/04/2012).

Tem xenofobia dentro dos países e tem a xenofobia dentro do próprio Guajuviras. Tem discriminação entre os setores e as vilas. (Grupo Focal – Alunos do Ensino Médio, em 09/04/2012).

Jovem A: Eu não concordo, Fulano, porque a pessoa pode ser muito bem criada dentro das vilas, como pode ser muito mal criada no centro de Canoas, no centro de Porto Alegre.

Jovem B: tem gente muito mal criada.

Jovem A: eu digo estabilidade financeira, de como pagar um curso, de como pagar uma faculdade. É esse tipo de estabilidade que eu digo. Porque tu pode não ter estabilidade familiar em qualquer lugar, como tu pode ter em qualquer lugar. A gente mora no Guajuviras, lá no meio da vila onde as pessoas dizem: lá morrem tantos por dia, acontece tudo isso. As pessoas falam mal, mas nós que moramos aqui dentro sabemos que essa realidade não é só do Guajuviras. (Grupo Focal – Alunos do Ensino Médio, em 10/05/2012).

A construção de distâncias sociais é transposta na configuração entre os espaços dos Setores e das Vilas. Esses seriam periferias do Guajuviras, locais em que os aspectos de violência, desordem e pobreza estariam intensificados. É evidente que há distinção entre os Setores e Vilas, já revelada na análise de produção desses espaços ao longo das últimas décadas. Correspondem a formações de contextos distintos e agravamento das questões habitacionais na Região Metropolitana, o que conduz a ocupações em áreas insalubres, deficientes de qualquer infraestrutura e sujeitas à violência institucional contida nas possibilidades de despejo, discursos do poder público e ações policiais. Mas as transformações desses espaços reelaboram também o imaginário sobre o Guajuviras como um todo. Assim, assentadas na experiência e na (re)significação das vilas estão as ideias de desenvolvimento, progresso e evolução: “*Então a Comtel ta se encontrando, ela ta evoluindo como vila. Lá mais pra baixo tem a São Pedro, a São João, eles tão evoluindo bastante*” (Carolina, Moradora da Comtel, em 12/05/2012).

*E dizem que vila é os boca braba e não sei o quê. Ah, que tu é vileiro. Eu ainda brinco com as gurias, que umas amigas moram nas vilas, que eu moro na COHAB, né? (risos). Eu mexo com elas, mas depende da família, tem muita família, tipo o Fulano mora numa vila ali da Nazário e a primeira vez que ele me levou lá, que eu fui na casa da Fulana, uma outra menina que dançava com a gente, eu fiquei meio assim, porque eu nunca fui de entrar em vila(...).*

E daí eu bem assim: ai, vocês moram na vila? E ele: ah, Patricinha, não sei o quê. Não, é que sei lá, eu não tô acostumada. Ele falou: nada a ver. E eu entrei, tipo, normal. Não tem nada de diferente. (Janaína, Moradora do Setor 6, em 01/10/2013).

Nola: mas o que faz ser uma vila?

Márcio: bom, antes, antigamente era chão batido, não tinha encanação, não tinha nada.

Daí era uma vila, não tinha nada, nem cordão tinha. Agora tem, só na minha rua que não tem asfalto, mas tem que fala que é tapa poeira. Nola: brita? Marcio: é brita, mas colocaram um pinche por cima e não levanta poeira como antes. Mas daí a gente considera, eu sempre considero uma vila que... setor é uma coisa pra quem.... antigamente falava assim: ah, ele mora no asfalto é playboyzinho que tem dinheiro e não sei o quê. E na vila, como posso te dizer? Os favelados, os que vivem na rua, os que é... (Márcio, Morador da Vila São Miguel, em 25/10/2013).

O que diferencia uma vila de um lugar como aqui onde a gente mora. (...) ah, pra mim é rua de maloqueiro, as maloqueragens mais... A maioria da maloqueragem mora lá. (Lucas e Heitor, Moradores de Área verde do Setor 6, em 18/08/2013).

Transformações coexistem com permanências, seja nos sentidos, seja nas materialidades. Esses se transformam ao longo do tempo, ainda que seus sentidos permaneçam como facetas, aspectos ou nuances nas representações. As relações sociais e as práticas espaciais são, também, referências ou fontes dessas transformações, tanto é que a vida de bairro como um modo de vida faz parte do imaginário sobre periferias, favelas e, nesse caso, vilas. O trabalhador, como personagem real e representado, é também uma referência desses espaços, dos sujeitos que transformam a paisagem por seu trabalho. No outro extremo, têm-se as representações do malandro, o vagabundo, o delinquente. E, em relação direta e opaca, as relações com os espaços, como se o progresso e a precariedade fossem reveladores da índole dos atores.

É coisa de vila. Vila é vila, é onde moram as pessoas de baixa renda ou sem renda. Onde dependem uns dos outros. Lá todo mundo paga água e luz, mas tem uns que fazem gato. Não é certo, o direito tem que ser igual. (Felipe, Morador da Comtel, em 15/12/12).

É que vila é na imundice, uma sujeira. Não é por ser pobre, a pessoa pode ser pobre, mas não precisa ser relaxado. Agora as vilas estão se modernizando, tem luz. Algumas não têm asfalto. A minha vida é trabalho e casa. As pessoas trabalham, mas não tem tanta oportunidade. Mas tem pessoas que moram em vila e se esforçam para sair, porque a vila não tem tanta oportunidade. Da minha casa pra lá é vila. A minha vila tem asfalto. Eu brinco que eu não moro em beco. Beco não é bem visto. É visto como pessoas que não tem capacidade de morar em lugar melhor. De pessoas que não tem tanto quanto os que moram no asfalto. (Mateus, Morador da Vila Banhado, em 14/04/2013).

Caio: é, não digo questão social, porque tem, vai de como tu chegou, porque tem gente que invadiu lá e hoje trabalha bem e tem a casa bonita. Vai de como tu chegou lá também. Por causa, que nem minha mãe, minha mãe chegou lá e montou. Minha casa era uma casinha, que no caso depois meu pai foi trabalhando e minha mãe foi trabalhando, foi crescendo e a casinha ficou pra botar as ferramentas que meu pai tinha. A gente foi crescendo, foi montando a casa..(Caio, Morador do Setor 1, em 04/06/2013).

As vilas transformaram-se, mas permanecem sendo remetidas à questão das invasões, do acesso irregular ao solo urbano, acarretando, com isso, desordem. Ao mesmo tempo, há núcleos familiares vivendo em condições precárias. Esse é um fato espacial que, ao mesmo tempo em que se transforma em ferramenta de valorização dos sujeitos, como conquista, também incute, naqueles que ainda vivem em condições precárias, a responsabilidade por sua situação. A condição de existência é descontextualizada das possibilidades, das trajetórias e do próprio sistema que os inclui parcialmente. São inúmeros reducionismos que contribuem na própria estigmatização do espaço. Os jovens têm sobre si essa violência, como na criminalização das práticas de rua, logo, deles como atores sócio-espaciais.

## Considerações Finais

A interpretação do Guajuviras como bairro e não como periferia direciona a análise para as diferenças e diversidades, o que não significa negligenciar as desigualdades. Esses espaços ditos periféricos, em virtude da composição social, econômica e ou cultural revelam uma diversidade de táticas, culturas e saberes. Os jovens são protagonistas desses espaços, em suas práticas corriqueiras ou em comunidades de sentido, produzindo representações que reproduzem sentidos opressores, mas também criam/reelaboram essas representações em suas práticas e experiências.

Periferia, embora apropriada pelo senso comum, é, normalmente, uma categoria do espaço concebido e na especificidade de produção sócio-espacial em questão; a Vila seria o espaço vivido, embora incorpore parte dos sentidos referentes à periferia (logo, sentidos do espaço concebido): pobreza, precariedade e insegurança. As vilas, definidas como invasões nas narrativas, são espacialidades complexas, fruto do conflito político e social pelo direito à moradia na região metropolitana. Acrescenta aos sentidos já mencionados a questão da ilegalidade. Todo o Guajuviras é produto de processos semelhantes, embora em contextos distintos: são ocupações. No entanto, com o desenvolvimento e melhorias na infraestrutura, tem-se já uma valorização dos Setores em relação às Vilas. O que, provavelmente, tende também a ser mitigado, uma vez que as vilas adquiram infraestrutura. Embora seja evidente a permanência de sentidos referentes às precariedades, com o tempo esses tendem a ter menor relevância.

É imprescindível identificar as representações e compreendê-las no quadro de produção desses espaços e nas práticas e experiências que, continuamente, somam-se na construção desses saberes e nos múltiplos atores e agentes de sua produção, como os jovens. As representações não raro são distintas das experiências e corroboram para estigmatizar os jovens, como nos percursos da cidade ou na busca de emprego, quando sofrem os preconceitos pelo local em que moram. Por isso, a perspectiva que rompe com as dicotomias de centralidade e periferia e estabelece leituras pelas diversidades e diferenças, torna-se mais coerente e aproxima-se do que seriam os espaços de representações.

## NOTAS

1 Doutorado em andamento em Geografia (UFRGS). Mestre, Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFRGS. Bolsista Capes.

2 Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela USP. Professor do PPG em Geografia da UFRGS.

3 3º Fórum Mundial de Autoridades Locais de Periferia (FALP) sobre direitos e Democracia para Metrôpoles Solidárias e sustentáveis, realizado na Cidade de Canoas (RS), nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2013.

4 O prefeito Liberty Conter, do PMDB foi eleito para o mandato de 01/01/1993-31/12/1996. Também conhecido como Dick, o referido prefeito tinha fortes vínculos com a SIC – Secretaria de Indústria e Comércio de Canoas- tendo sido segundo secretário da mesma na gestão de 1962 -1963 e presidente em

duas gestões: 1982-1984 e 1984-1986. Em sua gestão são retomadas as discussões e propostas de instalação de um parque industrial e reserva ecológica na Fazenda Guajuviras a partir do repasse da fazenda para o município.

5 Secretário de Habitação durante o Governo do Estado do RS de Olívio Dutra, eleito pelo PT para o período de 01/01/1999-31/12/2002.

6 Mandado de Hugo Lagranha como prefeito de Canoas. Esse mandato, como prefeito eleito, foi para o período de 01/01/1997-31/12/2000.

7 Prefeito de Canoas pelo partido PSDB, eleito para dois mandatos, de 1/01/2001 a 31/12/2008.

8 O nome da ocupação decorre da proximidade do supermercado Brehm.

9 Levantamento de campo, com realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, foi realizado durante o período de 2012-2014. Os nomes dos jovens foram alterados para manter o anonimato.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Roberto. *Passageiros da ilegalidade: a história de uma luta pela moradia*. Cascavel: Edunioeste. 2002. Disponível em: < [http://www.unioeste.br/editora/pdf/paulo\\_azevedo\\_passageiros\\_thesis\\_protegido.pdf](http://www.unioeste.br/editora/pdf/paulo_azevedo_passageiros_thesis_protegido.pdf)>. Acesso em: março/2014.

CARRION, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua Região Metropolitana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10 (2), 1989, p. 225-250.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. *L'espace social*. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

GAMALHO, Nola Patrícia Gamalho. *Das representações do espaço ao espaço de representação: a produção da Restinga- Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Porto Alegre – RS, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, S. L., 2013.

LOPES, Nei. Apresentação. In.: ROSA, Allan da. *Da Cabula*. São Paulo: Global, 2008. (Literatura Periférica).

MARBGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In.: MARGULIS, Mario (et al). *Vivendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del hombre Editores; Departamento de investigaciones Universidad central, 1998,

P. 3-21.

LUSSAULT, Michel. Actuib(s)!. In.: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Orgs.). *Logiques de l'espace, esprit des lieux. Géographies à cerisy*. Paris: Belin, 2000, p. 11-36.

\_\_\_\_\_. *L'homme spatial. La construction sociale de l'espace humain*. Paris: Éditions de Seuil, 2007.

MAYOL, Pierre. O bairro. CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. 10 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011, p. 37-45.

METROPLAN. *Inventário das vilas irregulares na região metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1982.

METROPLAN. *II Inventário das vilas irregulares na região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1992.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PANIZZI, Wrana Maria. Da legalidade para a ilegalidade: a formação de microterritórios urbanos. In.: BARCELLOS, Tanya; GELPI, Adriana. (et al). *O Rio Grande do Sul urbano*. Porto Alegre: FEE, 1990, p.190-213.

PENNA, Rejane; COBERLLINI, Darnis; GAYESKI, Miguel. *Canoas para lembrar quem somos: Guajuviras história de uma luta*. Prefeitura Municipal de Canoas. Nº 5. Canoas: La Salle, 1998.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 97-108.

SCHMIDT, Benício Viero. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS L&PM, 1983.

VIEGAS, Danielle Heberle. *Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929 – 1959)*. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.